

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 18/2026

De 02 de abril de 2026

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 170/2026
Data: 02/04/2026 - Horário: 16:03
Legislativo - PLO 18/2026

“DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR DE TAPURAH/MT - PMAF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O sr. **Alvaro Galvan**, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, propõe a edição da seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado, nos termos da presente Lei, o Plano Municipal de Agricultura Familiar de Tapurah - PMAF, com vistas ao cumprimento da Constituição Federal, Lei Federal nº 11.326/2006, Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor e Lei Municipal nº 497/2003.

Art. 2º O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é o instrumento básico para implementação de ações e políticas públicas e institui os princípios e objetivos norteadores para tal.

Art. 3º O PMAF teve suas ações separadas por eixos temáticos, com o intuito de referenciar as ações neles propostas com os eixos do Plano Estadual da Agricultura Familiar de Mato Grosso. São os eixos das ações deste plano:

- I - Produção Sustentável;
- II - Agregação de Valor e Comercialização;
- III - Assistência Técnica e Extensão Rural;
- IV - Regularização Ambiental e Fundiária;
- V - Governança e Controle Social;

Art. 4º O objetivo geral do Plano Municipal de Agricultura Familiar de Tapurah é fomentar o desenvolvimento rural do município, através de parcerias, organizando as demandas da agricultura familiar de forma coletiva, possibilitando o acesso à assistência, informações e tecnologias produtivas de baixo impacto ambiental, melhorando a qualidade de vida e aumentando a renda das famílias produtoras.

§ 1º São objetivos específicos do PMAF:

- I - Incidir sobre o planejamento de curto, médio e longo prazo do governo, adequando os instrumentos de planejamento e gestão aos parâmetros definidos pelo PMAF;

II - Orientar e reorientar a atuação governamental e a execução de programas, projetos e ações já existentes em prol do desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar;

III - Resgatar demandas da sociedade civil preexistentes para consolidação de estratégias prioritárias ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar;

IV - Contribuir para o alcance das metas pactuadas no âmbito da Estratégia "Produzir, Conservar e Incluir (PCI);

V - Promover o fortalecimento e empoderamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário - CMDRSS, propiciando a participação da sociedade civil e do controle social das ações públicas;

VI - Dialogar com outros instrumentos de gestão, tais como Planos Municipais, Territoriais e PEA/MT;

VII - Proporcionar visibilidade à Agricultura Familiar de Tapurah;

VIII - Contribuir com a articulação interinstitucional de modo a estabelecer governança institucional para a Agricultura Familiar;

IX - Servir como instrumento de políticas públicas da agricultura familiar e contribuir para a implementação do Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar no município de Tapurah.

Art. 5º As ações previstas no Anexo Único desta Lei deverão ser cumpridas no prazo vigente deste PMAF que é até o ano de 2030.

§ 1º O planejamento estratégico deverá ser revisto anualmente, junto com as conferências de monitoramento do PMAF.

§ 2º O planejamento estratégico a ser elaborado constará cronogramas, potenciais fontes de recursos e parcerias.

Art. 6º A execução do PMAF e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CMDRS.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente – SEDAMA e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS promoverá, anualmente, conferências para avaliar e monitorar a execução do PMAF.

Art. 8º O Município atuará em regime de colaboração com as demais esferas de governo visando alcançar os objetivos e a implementação das ações deste Plano.

Parágrafo único. O Município deverá adotar medidas necessárias para a implementação das ações do PMAF.

Art. 9º O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) serão formuladas de maneira a assegurar a consignação de

dotações orçamentárias compatíveis com o Plano Municipal e Agricultura Familiar a fim de viabilizar a implementação das ações constantes nele.

Art. 10. Até o final do segundo semestre de 2029 o Executivo Municipal, em parceria com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CMDRS deverão realizar a revisão participativa do Plano Municipal de Agricultura Familiar de Tapurah que irá vigorar no decênio 2031-2040.

Art. 11. O Município de Tapurah permanecerá vinculado ao Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar de Mato Grosso - SEIAF/MT, possibilitando o levantamento de dados da agricultura Familiar que basearão as estratégias para execução de políticas públicas e ações do PMAF.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

ALVARO

GALVAN:014977

85979

Assinado de forma digital
por ALVARO
GALVAN:01497785979
Dados: 2026.04.02 15:40:37
-04'00'

ALVARO GALVAN

Prefeito Municipal



TAPURAH
P R E F E I T U R A
G E S T Ã O 2 0 2 5 - 2 0 2 8

ANEXO ÚNICO



TAPURAH
P R E F E I T U R A

SEAF
Secretaria de Estado
de Agricultura
Familiar



Governo de
**Mato
Grosso**

PLANO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – PMAF

MUNICÍPIO DE TAPURAH – MATO GROSSO

ANO - 2025

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura
e Meio Ambiente - SEDAMA

Sistema Estadual Integrado de Agricultura Familiar - SEIAF-MT



TAPURAH
P R E F E I T U R A
G E S T Ã O 2 0 2 5 - 2 0 2 8

PLANO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - PMAF
ANO - 2025

Prefeito

Álvaro Galvan

Vice-Prefeito

Adriel Martini Tomam

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente -
SEDAMA

Secretário: **Marusan Ferreira Barbosa**

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Presidente: **Marusan Ferreira Barbosa**



Quadro 1 - Equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente - SEDAMA

Nº	NOME	CARGO	FORMAÇÃO	LOTAÇÃO
01	Marusan Ferreira Barbosa	Secretário Municipal	Engenheiro Agrônomo	Gabinete do Secretário
02	Reinaldo Kenede Alves	Médico Veterinário	Médico Veterinário	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
03	Valdenil Santos da Silva	Chefe de Setor	Técnico em Agropecuária	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
03	Thaísa Moura Rego	Coordenador de Gestão de Resíduos Sólidos	Gestora em Marketing e Gestora de RH	Coordenação de Gestão de Resíduos Sólidos
05	Arnaldo Mendes Nogueira Neto	Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
06	Jaqueline Luiz Costa	Diretor de Meio Ambiente	Engenheira Agrônoma - Pós-graduação em Agricultura de Precisão	Coordenação de Licenciamento Ambiental
07	Rildo Adriano dos Santos	Chefe de Departamento	Ensino Médio Completo	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
08	Edilar Antonia Veloso	Assistente Administrativo II	Gestão Pública	Gabinete do Secretário
09	Faylan Teixeira Donato	Encarregado de Departamento	Ensino Médio Completo	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
10	Josy Oliveira Gomes	Encarregado de Setor	Alfabetizado	Coordenação de Setor Agropecuário
11	José Madeira de Mattos	Encarregado de Setor	Alfabetizado	Coordenação de Setor Agropecuário
12	Matheus Santos de Moraes	Encarregado de Setor	Ensino Médio Completo	Coordenação de Setor Agropecuário
13	Isabela Tais da Silva Pittner	Estagiária	Ensino Médio Incompleto	Coordenação de Setor Agropecuário



TAPURAH
P R E F E I T U R A
G E S T Ã O 2 0 2 5 - 2 0 2 8

14	Roberto Pires de Moraes Neto	Operador de Máquinas Pesada III	Ensino Médio Incompleto	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
15	Rogério Ribeiro Souza Filho	Motorista de Veículos Pesados	Educação Sup. Completa	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar



TAPURAH
P R E F E I T U R A

Quadro 2 - Equipe de Elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar (PMAF) de Tapurah-MT

Nº	NOME	CARGO	FORMAÇÃO	LOTAÇÃO
01	Marusan Ferreira Barbosa	Secretário Municipal	Engenheiro Agrônomo	Gabinete do Secretário
02	Reinaldo Kenede Alves	Médico Veterinário	Médico Veterinário	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
03	Valdenil Santos da Silva	Chefe de Setor	Técnico em Agropecuária	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
04	Faylan Teixeira Donato	Encarregado de Departamento	Ensino Médio Completo	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
05	Rildo Adriano dos Santos	Chefe de Departamento	Ensino Médio Completo	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
06	Arnaldo Mendes Nogueira Neto	Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo	Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar

Consultoria Técnica na Elaboração do Plano

A elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar (PMAF) contou também com o apoio de profissionais especializados contratados pela Prefeitura Municipal de Tapurah, responsáveis pela orientação no levantamento técnico, sistematização dos dados, consolidação das análises e redação do documento. Os consultores atuaram em alinhamento com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente (SEDAMA), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e equipe técnica responsável pela elaboração do PMAF.

Equipe Técnica da Consultoria

Almir de Souza Ferro

Engenheiro Agrônomo – CREA/MT nº 2714D

Endereço: Cuiabá – MT

Telefone: (65) 9 9972-1375

E-mail: almirferro@gmail.com

William Rafael Ribeiro

Engenheiro Agrônomo – CREA/GO nº 1019803673D

Endereço: Cuiabá – MT

Telefone: (62) 9 9266-5352

E-mail: williamdigital@hotmail.com

Quadro 3 - Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS

Nº	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
01	Marusan Ferreira Barbosa	Presidente	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente (SEDAMA)
	Reinaldo Kenede Alves	Suplente	
02	Lair José Prediger	1ª Secretária (o) Executivo	Sindicato Rural
03	Daiane Kirnev	2ª Secretária (o) Executivo	
04	Douglas Roberto Tuni	Membro titular	Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento
	Aline Thais Schuller	Suplente	
05	Thiago Hudson de S. Bianchini	Membro titular	Secretaria Municipal de Assistência Social
	Danilo Augusto Mendes Batista	Suplente	
06	Geisa de Lima Filho	Membro titular	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
	Adriana Maria Martins	Suplente	
07	Paulo Ricardo Barbosa Alves	Membro titular	Câmara Municipal
	Luiz Augusto Sette	Suplente	
08	Marco Antonio Ribeiro	Membro titular	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer-MT)
	Alfredo Debortoli Neto	Suplente	
09	Wilmar Braun	Membro titular	Cooperativa COAIT
	Olmiro Severo Bairos	Suplente	
10	Ruben Santili Júnior	Membro titular	Associação de Comércio da Agricultura Familiar
	Atílio Neves de Jesus	Suplente	
11	Adilson Vargas	Membro titular	Associação Comercial e Empresarial
	Flávio Breitenbach	Suplente	
12	Lair José Prediger	Membro titular	Sindicato Rural
	Daiane Kirnev	Suplente	
13	Aelton Antônio Figueiredo	Membro titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	José Ferreira da Silva	Suplente	
14	Adriana França de Almeida	Membro titular	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Gleba Santa Luzia
	Douglas Rossato Feltrin	Suplente	





TAPURAH
PREFEITURA

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
AF	Agricultura Familiar
AMM	Associação Mato-grossense dos Municípios
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CCT	Centro de Cidadania e Transformação do município de Tapurah-MT
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIDESA	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COAIT	Cooperativa de Desenvolvimento Agro-industrial de Tapurah Ltda
CONAB/MT	Companhia Nacional de Abastecimento em Mato Grosso
CS-SEIAF	Câmara Setorial do Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças
IAF	Índice Municipal da Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PMAF	Plano Municipal da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SEAF-MT	Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso
SEDAMA	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente
SEIAF-MT	Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar de Mato Grosso
SEMA-MT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SEPLAG-MT	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso
SIM	Serviço de Inspeção Municipal

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	9
2.	JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	10
3.	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	11
3.1	HISTÓRIA DO MUNICÍPIO.....	11
3.2	DADOS GEOGRÁFICOS	12
3.3	DADOS DEMOGRÁFICOS	13
3.4	DADOS SOCIOECONÔMICOS	14
4.	CARACTERIZAÇÃO PEDOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE TAPURAH	14
4.1	DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES DE SOLO.....	15
4.2	SÍNTESE E IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	16
5.	USO E COBERTURA DA TERRA DO MUNICÍPIO DE TAPURAH	17
6.	ESTRUTURA DA SEDAMA	18
6.1	ORGANOGRAMA DA SEDAMA	19
6.2	INFRAESTRUTURA (FROTA) DA SEDAMA	19
7.	PARCERIA COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO TELES PIRES.	20
8.	METODOLOGIA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DO PLANO	21
9.	SISTEMATIZAÇÃO DAS ANÁLISES TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS.	29
10.	DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	31
10.1	CONTEXTO GERAL	31
10.2	ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	32
10.3	DESCRIÇÃO DO EFETIVO DOS REBANHOS	33
10.4	CIDADANIA, EDUCAÇÃO E SUPORTE À AGRICULTURA FAMILIAR	34
11.	EIXOS ESTRATÉGICOS, DIRETRIZES E AÇÕES PRIORITÁRIAS.....	35
12.	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	42
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
14.	REFERÊNCIAS	43

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal da Agricultura Familiar (PMAF) do município de Tapurah-MT tem como base o diagnóstico realizado nas comunidades e assentamentos de produtores familiares, que funcionou como uma fotografia da realidade atual em diversos aspectos: sociais, econômicos, ambientais e fundiários. Além disso, dados censitários e demandas levantadas nas instituições públicas e privadas que atuam direta ou indiretamente no meio rural auxiliaram na identificação dos principais entraves, das potencialidades locais e das soluções propostas ao desenvolvimento da agricultura familiar do município.

O PMAF é de responsabilidade do Governo Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente - SEDAMA, e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS. Sua elaboração foi realizada pela equipe constituída, via ato normativo, pelo Prefeito Municipal, que durante o processo de consolidação dos dados levantados, realizou suas análises, apresentando as constatações e as conclusões.

O Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF/MT), criou o Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar (SEIAF/MT), com a finalidade de coletar e gerir dados e informações sobre agricultura familiar e suas organizações, visando integrar políticas, programas e projetos para o setor. O PMAF é um requisito do Termo de Adesão do município ao SEIAF, que, dentre outros fatores, comporá o Índice da Agricultura Familiar (IAF), base para o recebimento de até 2% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) anual.

O Plano Municipal da Agricultura Familiar (PMAF) é um documento de utilidade pública que deve subsidiar e direcionar as políticas públicas, programas e projetos de incentivo ao desenvolvimento. Neste plano, propõe-se que o desenvolvimento seja entendido como a melhoria da qualidade de vida da população. Finalizado, deve ser transformado em Lei Municipal, que instituirá a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, e servirá para um período de 12 anos, com atualização a cada 4 anos.

O desenvolvimento da agropecuária no município, em especial da agricultura familiar, deve ser acompanhado e apoiado pela gestão municipal, visando à geração de empregos, renda e incremento da arrecadação.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Plano Municipal da Agricultura Familiar (PMAF) é um documento de utilidade pública que deve subsidiar e direcionar as políticas públicas, programas e projetos de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar do município de Tapurah. É de responsabilidade do governo municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente (SEDAMA) e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). O Plano propõe que o desenvolvimento seja entendido como a melhoria da qualidade de vida da população.

O Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF/MT), criou o Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar (SEIAF/MT), com a finalidade de coletar e gerir dados e informações sobre agricultura familiar e suas organizações, visando integrar políticas, programas e projetos para o setor. O PMAF é um requisito do Termo de Adesão do município ao SEIAF, que, dentre outros fatores, comporá o Índice da Agricultura Familiar (IAF), base para o recebimento de até 2% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) anual.

Finalizado, deve ser transformado em Lei Municipal, que instituirá a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar e servirá para um período de 12 anos, com atualização a cada 4 anos. O PMAF de Tapurah apresenta as seguintes diretrizes:

- | | |
|--|--|
| I - Disseminar práticas de produção sustentável e agroecológicas; | VIII - Apoiar o desenvolvimento das agroindústrias familiares; |
| II - Facilitar o acesso ao crédito para agricultores familiares; | IX - Prestar os serviços de ATER para o público da agricultura familiar; |
| III - Apoiar o desenvolvimento das cadeias produtivas na agricultura familiar; | X - Capacitar prestadores de serviços de ATER e agricultores familiares; |
| IV - Promover o acesso à água para uso doméstico e produtivo; | XI - Promover a emancipação socioeconômica das mulheres e jovens rurais; |
| V - Fortalecer as organizações sociais produtivas; | XII - Fomentar a regularização ambiental dos imóveis rurais; |
| VI - Potencializar o alcance dos mercados institucionais; | XIII - Apoiar a regularização fundiária dos imóveis rurais; |
| VII - Impulsionar o comércio da produção agrícola e não agrícola; | XIV - Fortalecer a cooperação interinstitucional para o desenvolvimento da agricultura familiar. |

Com esse propósito, será necessária a parceria com instituições das esferas estadual e federal, a fim de que cada uma, no cumprimento de sua missão, possa subsidiar as instâncias municipais e contribuir para que Tapurah se transforme em um município modelo em relação ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

O município de Tapurah foi oficialmente fundado em **04 de julho de 1988**, embora suas origens remontem ao ano de **1969**, com a instalação da **Colonizadora Tapurah**, conduzida por Benedito M. Tenuta, Sérgio Leão Monteiro e Filinto Corrêa da Costa. A área adquirida da família Pavan, residente no estado de São Paulo, passou a ser comercializada como **Cuiabá do Norte**, denominação atribuída em função de sua localização ao norte do estado de Mato Grosso.

Os primeiros trabalhos de ocupação incluíram a abertura de pista de pouso, estradas e infraestrutura básica, possibilitando o início do processo de colonização. A principal atividade econômica nas décadas iniciais foi a **extração de madeira**, que sustentou a economia local por um longo período. Os primeiros colonizadores eram, em sua maioria, oriundos do interior do Paraná, sobretudo do município de Pato Branco.

3.1.1 Origem do Nome Tapurah

O nome Tapurah é uma homenagem a **José Tapurá**, chefe da tribo indígena *iránxe*. Durante o processo de expansão territorial, Tenuta buscou adquirir terras do povo *iránxe* do Escondido, às margens do córrego do mesmo nome, afluente do Rio Papagaio. Nessa ocasião, estabeleceu contato com o cacique *José Tapurá*, que deixou a região do Cravari e passou a viver entre o povo do Escondido, tornando-se referência histórica e cultural da região.

3.1.2 Primeiros Anos de Desenvolvimento

Os pioneiros relatam que os primeiros anos foram marcados por dificuldades e escassez de recursos. Entretanto, a construção do campo de aviação foi decisiva para assegurar apoio logístico e atrair investidores que percorriam áreas mais remotas do sertão. Juntamente com a abertura de estradas, essas obras reforçaram a segurança e ampliaram as possibilidades de ocupação da região.

Na década seguinte, o município passou por reestruturações administrativas importantes. **Em 30 de novembro de 1981**, Tapurah tornou-se **Distrito de Diamantino**, por meio da Lei Estadual nº 4.407. Posteriormente, a Lei Estadual nº 5.316, de 04 de julho de 1988, elevou Tapurah à categoria de município.

3.1.3 Reorganização Territorial

Em 29 de março de 2000, as localidades de **Ipiranga do Norte** e **Itanhangá**, originárias de assentamento da reforma agrária, foram desmembradas do território de Tapurah pelas Leis

Estaduais nº 7.265 e nº 7.266, respectivamente. Ambas foram oficialmente instaladas como municípios no ano de 2005, contribuindo para a reorganização político-territorial da região.

3.1.4 Expansão Econômica e Consolidação do Agronegócio

O fortalecimento do agronegócio, especialmente a partir dos anos 2000, impulsionou significativamente o desenvolvimento local. Além da consolidação da agricultura e pecuária, Tapurah passou a abrigar **núcleos produtivos de avicultura e suinocultura de alta tecnologia**, que elevaram os índices econômicos e ampliaram a geração de empregos e renda.

O sucesso desse modelo produtivo resultou no reconhecimento oficial de Tapurah como Capital da Suinocultura de Mato Grosso, título concedido em **19 de maio de 2016**, pela Lei Ordinária nº 10.401.

Tabela 1 - Principais Marcos da História de Tapurah

ANO	MARCO HISTÓRICO	DESCRIÇÃO
1969	Início da Colonização	A Colonizadora Tapurah adquire aproximadamente 40 mil hectares e inicia a comercialização da área sob o nome “Cuiabá do Norte” .
30 DE NOVEMBRO DE 1981	Elevação a Distrito	Tapurah é elevado à categoria de Distrito do município de Diamantino , conforme a Lei Estadual nº 4.407 .
04 DE JULHO DE 1988	Criação do Município	Tapurah torna-se município independente , desmembrado de Diamantino pela Lei Estadual nº 5.316 , de autoria do Deputado Hermes de Abreu.

3.2 DADOS GEOGRÁFICOS

O município de Tapurah está localizado na Mesorregião do Norte Mato-grossense e na Microrregião de Alto Teles Pires, na latitude 12°47'06" sul e longitude 56°32'30" oeste. Possui uma extensão territorial de 4.489,391 km² e altitude de 393 metros acima do nível do mar. Está distante de Cuiabá 388 km, com acesso pela Rodovia BR-163 e MT-388. Os municípios limítrofes são: Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum, Itanhangá, Ipiranga do Norte e Nova Maringá.

Quanto à hidrografia, pertence à grande Bacia Amazônica, com a contribuição da Bacia do Juruena, que recebe os rios Arinos e Teles Pires. O Rio Arinos recebe, pela esquerda, os rios São Wenceslau, São Miguel e Souza Azevedo. O Teles Pires recebe, pela esquerda, o Rio Verde. O clima predominante é tropical semiúmido, com quatro meses de seca, de maio a agosto. A precipitação anual é de 2.000 mm. A temperatura média anual é de 24°C, máxima de 40°C e mínima de 4°C, com maior intensidade pluviométrica entre janeiro e março.

O bioma dominante do município de Tapurah é o Cerrado, conhecido por sua savana de clima tropical e vegetação característica. A proximidade de Tapurah com o norte do estado de Mato Grosso significa que o município também se encontra na área de influência e transição para o bioma amazônico.

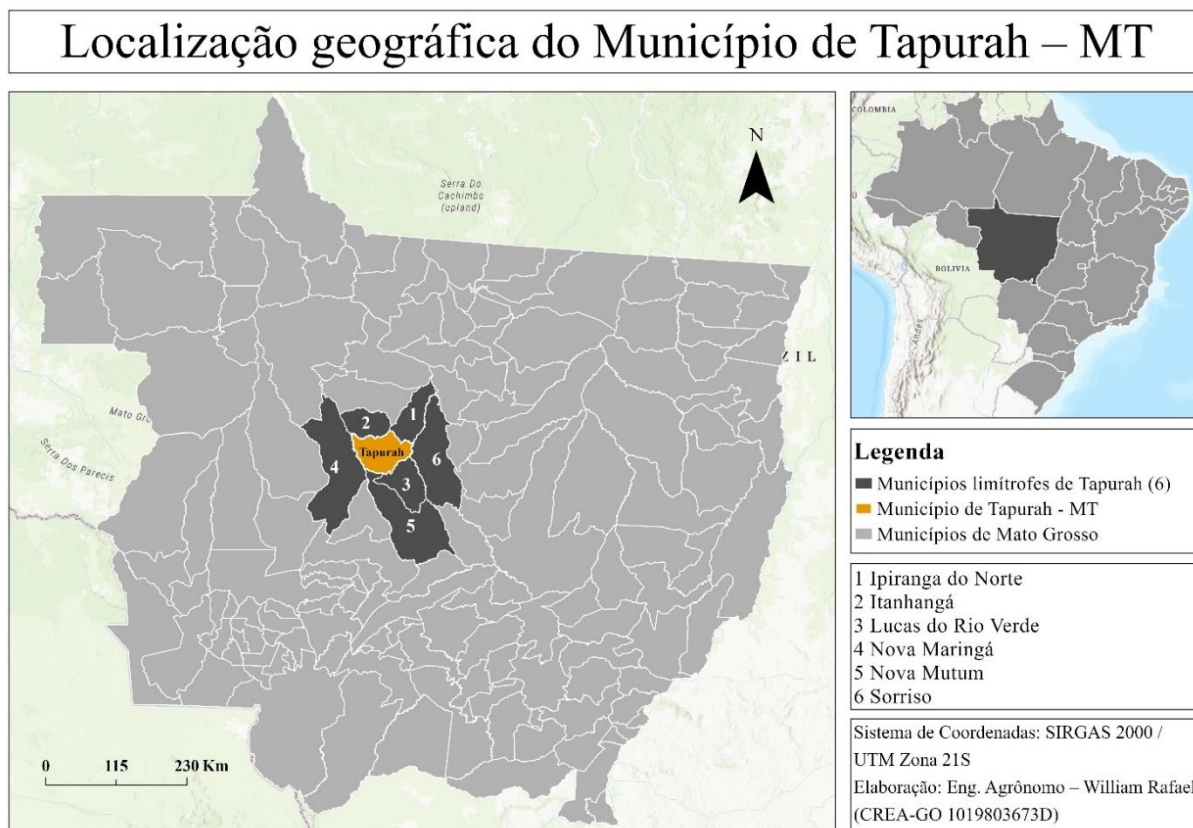


Figura 1 – Localização geográfica do município de Tapurah – MT e seus municípios limítrofes.

3.3 DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 2010, o município de Tapurah registrou uma população total de 10.390 habitantes, dos quais 3.864 pessoas (37%) residiam na zona rural e 6.526 pessoas (63%) na zona urbana, evidenciando uma predominância da população urbana. De acordo com o Censo de 2022, a população total do município aumentou para 14.370 habitantes, demonstrando um crescimento populacional significativo no período de doze anos. Esse aumento reflete a expansão econômica e social do município, fortemente impulsionada pelo desenvolvimento do agronegócio e pela consolidação de Tapurah como polo produtivo regional (Tabela 2).

Tabela 2 - População Rural, Urbana e Total do Município – Censo IBGE 2010/2022

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO					
	RURAL		URBANA		TOTAL 2010	TOTAL 2022
	Nº hab.	%	Nº hab.	%		
Tapurah	3.864	37	6.526	63	10.390	14.370

Obs.: População estimada em 2024, segundo o IBGE - **15.272** pessoas

3.4 DADOS SOCIOECONÔMICOS

O **PIB (Produto Interno Bruto)** é um indicador econômico que mede o valor total dos bens e serviços finais produzidos no município anualmente, refletindo a atividade econômica local. Os valores que compõem o PIB do município de Tapurah são oriundos principalmente da atividade agropecuária, seguidos dos setores de serviços e indústria.

O **PIB total em 2022** foi de R\$ 2.051.215,61 mil (ou aproximadamente R\$ 2,05 bilhões), com um PIB per capita de R\$ 56.326,27. Esses dados constam nos resultados do Censo Demográfico e das Estatísticas do Registro Civil de 2022, divulgados pelo IBGE.

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)** avalia o desenvolvimento humano do município em três dimensões: Saúde, medida pela expectativa de vida; Educação, por indicadores de acesso ao conhecimento; e Renda, que avalia a riqueza. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), referentes ao ano de 2010, apresentam o IDH do município de Tapurah conforme abaixo:

- IDH Municipal: ----- 0,714 (alto)
- IDH Renda: ----- 0,738
- IDH Longevidade: ----- 0,831
- IDH Educação: ----- 0,594

O município demonstra **aptidão agrícola**, tendo como principais atividades econômicas as **lavouras temporárias** dedicadas ao cultivo de soja, milho, algodão, arroz e feijão, além da suinocultura, avicultura e pecuária.

Tapurah tornou-se um dos principais polos de produção de suínos de Mato Grosso e da região Centro-Oeste, adquirindo o título de Capital da Suinocultura Mato-grossense (Figura 2). Um dos marcos dessa trajetória é a tradicional festa do **Leitão no Rolete**, realizada anualmente em 1º de maio (Dia do Trabalhador). O evento envolve o preparo de cerca de 200 leitões por ano, reunindo moradores e visitantes. Além de celebrar a suinocultura local, a festa possui forte caráter social, destinando toda a renda arrecadada para entidades que prestam serviços às comunidades, como a APAE, o CTG e a equipe organizadora. Essa tradição reforça não apenas a relevância produtiva da suinocultura em Tapurah, mas também seu papel no fortalecimento comunitário, na geração de renda e na valorização cultural do território.

A agricultura familiar tem como destaque a produção de frutas, legumes, verduras, mandioca, mel, peixes e aves, sendo a principal responsável pela oferta de alimentos básicos à população municipal. O fortalecimento da **agricultura familiar** é a garantia de que a população continuará tendo acesso a alimentos saudáveis, produzidos no próprio município, gerando empregos, renda e arrecadação de tributos.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente pretende ampliar o atendimento à agricultura familiar, com investimentos, garantia de estruturas básicas, tecnologias, inovação e diversificação das cadeias produtivas.



Figura 2 – Tapurah conquistou o título de Capital da Suinocultura Mato-grossense, conforme a Lei Ordinária nº 10.401, de 19 de maio de 2016.

O município de Tapurah conta com um **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS** ativo e em funcionamento, pois, em 2025, já foram realizadas quatro reuniões, todas registradas em atas. O Prefeito Municipal de Tapurah, Álvaro Galvan, por meio da Portaria nº 596/2025GP/PMT, de 09 de setembro de 2025, instituiu a equipe responsável pela coordenação, elaboração e acompanhamento do Plano Municipal da Agricultura Familiar (PMAF), cujos nomes estão relacionados na Planilha 02 – Equipe Responsável pela Elaboração do PMAF. A equipe designada terá como atribuições:

- I – Coordenar os trabalhos de levantamento de informações, diagnóstico e estruturação das ações previstas no Plano;
- II – Articular junto aos produtores, associações e demais entidades envolvidas;
- III – Acompanhar as atividades técnicas e administrativas relacionadas ao processo de elaboração;
- IV – Submeter o documento final à apreciação da Secretaria e demais instâncias competentes.

A **assistência técnica** aos agricultores familiares vem sendo garantida pela Secretaria Municipal, que conta com um quadro técnico multidisciplinar, e pela Empaer, que dispõe de um médico-veterinário na sede do município, além de disponibilizar, durante dois dias da semana em

Tapurah, os serviços de um profissional técnico lotado no município vizinho de Itanhangá. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar/MT, por meio do Sindicato Rural, vem atuando no município com Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) nas áreas de piscicultura (01 Engenheiro de Pesca), bovinocultura de corte (01 Médico-Veterinário), fruticultura e olericultura (02 Técnicos em Agropecuária) e apicultura, esta última em fase de planejamento. Atua também na capacitação de produtores, cujo levantamento de necessidades é feito pelo Sindicato Rural.

Existem no meio rural **atrativos turísticos naturais**, como riachos, grutas, trilhas e cachoeiras, embora ainda necessitem de infraestrutura adequada a essas atividades. No município, a principal atração turística é a Expotapurah, realizada no mês de julho de cada ano.

O **Centro de Cidadania e Transformação (CCT)**, construído em parceria entre o Governo de Mato Grosso e a Prefeitura de Tapurah, conta com cozinha industrial, panificadora, almoxarifado e duas câmaras frias. O espaço já abriga cursos de panificação e todos os alimentos preparados ali são destinados ao atendimento das escolas estaduais e municipais e de outros serviços públicos do município. O CCT é considerado inovador porque agrega, em um mesmo espaço, diversos serviços ao cidadão e, ao mesmo tempo, oferece oportunidades de qualificação e fomenta o pequeno produtor.

O CCT conta com um total de 26 servidores, sendo duas nutricionistas responsáveis pelo cardápio, Sara Rocha Benitti e Nahyara Gomes, que preparam 5 mil refeições diárias e atendem cerca de 2.000 alunos (na zona urbana e rural). Os fornecedores somam 12, sendo 10 agricultores familiares e 2 cooperativas, uma delas de Lucas do Rio Verde. Segundo a nutricionista Nahyara Gomes, a produção da agricultura familiar municipal não supre a demanda, sendo necessário complementar com compras de mercado e de cooperativa do município de Lucas do Rio Verde.

A COAIT (Cooperativa de Desenvolvimento Agro-Industrial de Tapurah), com 27 anos de fundação, dedica-se à produção de polpas de frutas e outros produtos agrícolas. Contribui para a merenda escolar das escolas do município. Atualmente, compra produtos de 15 municípios e comercializa em 27 municípios de Mato Grosso.

Na área da **saúde**, de acordo com a Secretária Municipal, Lilian Ortega Ferreira, o município possui três unidades de saúde: uma na sede e duas nos distritos de Ana Terra e Eldorado. Apenas uma microrregião não é atendida. O desafio é o transporte dos agentes de saúde até as comunidades, em função da longa distância. Há necessidade de ampliar as unidades de atenção básica.

4. CARACTERIZAÇÃO PEDOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE TAPURAH

O município de Tapurah situa-se sobre a Superfície Peneplanizada Terciária e os arenitos da Formação Utitariti, predominando relevo plano a suave ondulado, o que favorece o uso agrícola mecanizado. As condições de clima tropical semiúmido, com precipitação média anual próxima de 2.000 mm, e a cobertura vegetal original de Cerrado e Floresta Subcaducifólia, contribuíram para a formação de solos profundos, bem drenados e altamente intemperizados, com baixa fertilidade natural e acidez elevada.

Segundo o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Mato Grosso (PRODEAGRO) e a Memória Técnica da Folha Sorriso – MIR-339 (DSEE-PD-MT-024), os principais tipos de solos identificados no município são Latossolos Vermelhos (LVd1, LVd2, LVd3), Latossolos Vermelho-Amarelos (LVAd2) e Gleissolos Háplicos (GXbd2), representados no Mapa de Pedologia do Município de Tapurah (Figura 3).

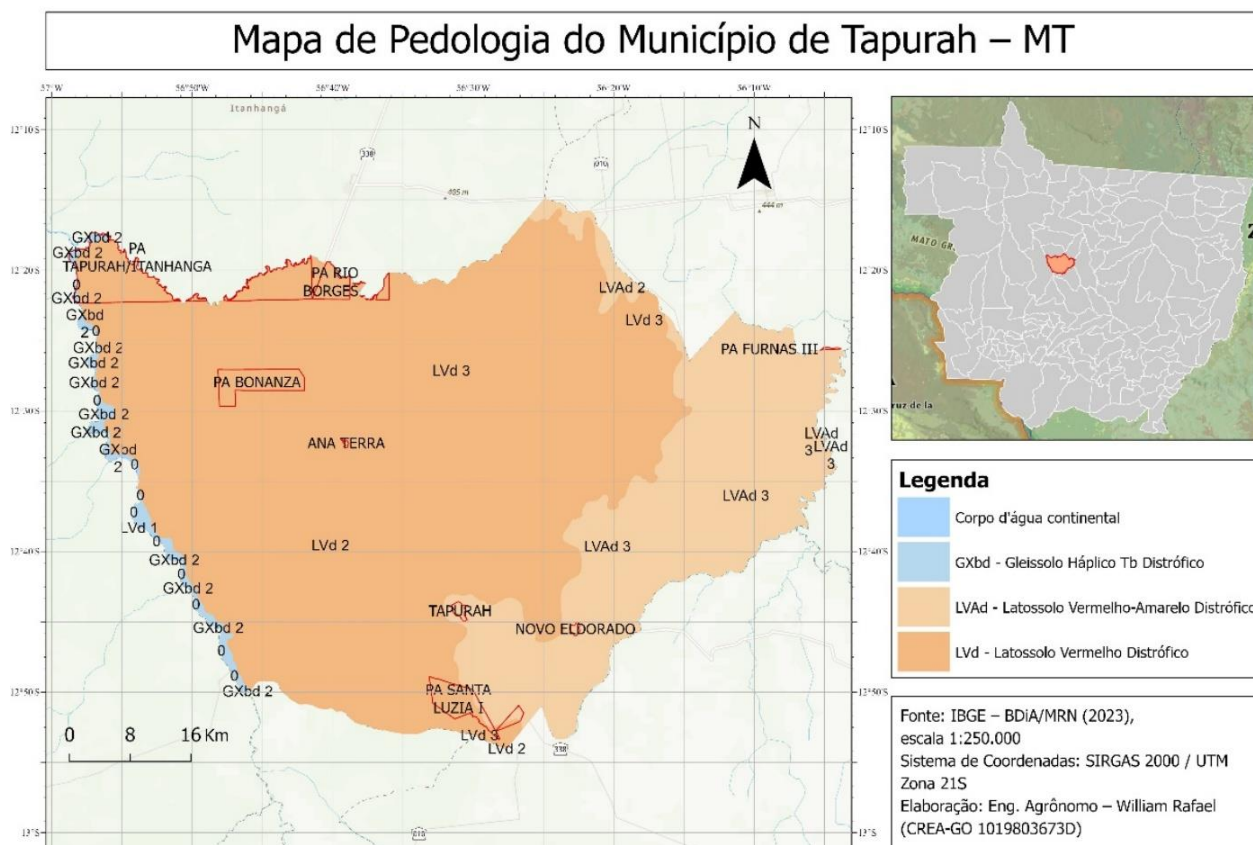


Figura 3 - Mapa de Pedologia do Município de Tapurah-MT, destacando as principais Classes de solos predominantes.

Essas classes de solos refletem o predomínio de materiais argilosos e friáveis, de muito baixa erodibilidade e excelente estrutura física, o que confere ao território elevada aptidão para a agricultura, especialmente nas áreas de Latossolos. As áreas hidromórficas (Gleissolos) estão restritas às várzeas e planícies de inundação, exigindo manejo cuidadoso e preservação ambiental.

4.1 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES DE SOLO

GXbd2 – Gleissolo Háptico Tb Distrófico

Solos hidromórficos, de textura média a argilosa, mal drenados e sujeitos a encharcamentos periódicos. Localizam-se em planícies aluviais e margens de rios, apresentando horizonte glei acinzentado e elevada saturação por alumínio. São distróficos e de baixa fertilidade natural, adequados à pastagem natural, rizicultura e sistemas agroflorestais adaptados à umidade. Devem ser preservados para garantir o equilíbrio hídrico e a recarga dos cursos d'água.

LVAd2 – Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico

Solos profundos e bem drenados, com textura argilosa a muito argilosa, derivados de arenitos da Formação Utitariti. Apresentam teores de Fe_2O_3 entre 7 e 11%, baixa CTC e acidez elevada. O relevo é plano a suave ondulado, sob vegetação de Cerrado e Floresta Tropical Subcaducifólia. Demandam calagem e adubação corretiva, sendo amplamente utilizados para soja, milho e feijão, com manejo conservacionista e práticas de rotação de culturas.

LVd1 – Latossolo Vermelho Distrófico

Solos muito profundos, friáveis e bem estruturados, de textura argilosa e coloração avermelhada intensa. Apresentam muito baixa erodibilidade e boas condições físicas para mecanização. Ocorrem sob Floresta Tropical Subcaducifólia, sendo altamente aptos para agricultura intensiva (soja, milho safrinha e feijão), desde que corrigidos quanto à acidez e fertilidade.

LVd2 – Latossolo Vermelho Distrófico (fase Cerrado)

Solos profundos, bem drenados e argilosos, com relevo plano a suavemente ondulado. Possuem baixa saturação de bases e, localmente, plintita incipiente. O uso atual é voltado a pastagens plantadas e lavouras cíclicas. Demandam calagem periódica e fertilização equilibrada, recomendando-se manejo agroecológico e cobertura permanente do solo.

LVd3 – Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico Plíntico

Solos argilosos com presença de plintita em subsuperfície, indicando variação sazonal de umidade e restrição parcial de drenagem. Ocorrem em relevo plano e suave ondulado, sob Cerrado e Floresta Tropical Subcaducifólia. Possuem boa profundidade e estrutura, sendo adequados para agricultura mecanizada e integração lavoura-pecuária, com necessidade de manejo conservacionista e drenagem adequada.

4.2 SÍNTESE E IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Os solos de Tapurah apresentam condições físicas favoráveis à mecanização e muito baixa suscetibilidade à erosão, predominando unidades com profundidade elevada, boa drenagem e textura argilosa. Em contrapartida, apresentam baixa fertilidade natural e acidez elevada, exigindo manejo técnico e práticas de conservação.

Essas características tornam o município amplamente apto ao desenvolvimento agropecuário sustentável, com destaque para:

1. Uso racional de corretivos e fertilizantes;
2. Implantação de práticas agroecológicas e rotação de culturas;
3. Manutenção da cobertura vegetal nas margens de rios e nascentes;
4. Incentivo à agricultura familiar diversificada e de base conservacionista.

O uso planejado do solo, aliado a tecnologias sustentáveis de produção, permitirá que Tapurah mantenha sua vocação agrícola sem comprometer os recursos naturais, consolidando-se como referência regional em produtividade, manejo responsável e integração territorial.

Quadro 4 – Classes de Solo, Características e Aptidão de Uso no Município de Tapurah-MT

Símbolo	Classe de Solo	Textura / Drenagem	Relevo	Fertilidade Natural	Erodibilidade	Uso Atual / Potencial
GXbd2	Gleissolo Háplico Tb Distrófico	Média a argilosa / Imperfeita	Plano	Baixa	Fraca	Pastagens naturais, rizicultura, áreas de preservação permanente (APPs)
LVAd2	Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico	Argilosa / Boa	Plano a suave ondulado	Baixa	Muito fraca	Lavouras comerciais (soja, milho, feijão)
LVd1	Latossolo Vermelho Distrófico	Argilosa / Boa	Plano a suave ondulado	Baixa	Muito fraca	Agricultura intensiva, mecanizada
LVd2	Latossolo Vermelho Distrófico (fase Cerrado)	Argilosa / Boa	Plano	Baixa	Muito fraca	Lavouras cíclicas, pastagens plantadas
LVd3	Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico Plíntico	Argilosa / Moderada	Plano a suave ondulado	Baixa	Muito fraca	Agricultura mecanizada, integração lavoura-pecuária

Fonte: PRODEAGRO (DSEE-PD-MT-024, 2000); IBGE (Zoneamento Pedológico, 2018).

5. USO E COBERTURA DA TERRA DO MUNICÍPIO DE TAPURAH

A área do município de Tapurah apresenta distintas categorias de uso e cobertura do solo. As Áreas Antrópicas Agrícolas somam 238.385,75 hectares, sendo compostas principalmente por Culturas Temporárias, que ocupam 232.889,79 hectares, além de Pastagens, com 5.331,49 hectares, e áreas de Silvicultura, totalizando 164,47 hectares. As Áreas de Vegetação Natural abrangem 208.865,05 hectares, distribuídas entre Áreas Florestais (203.284,92 ha) e Áreas Campestres (5.580,13 ha). Os recursos hídricos naturais, classificados como Águas Continentais, ocupam 860,43 hectares (IBGE, 2017).

O município possui ainda 818,31 hectares de Áreas Urbanizadas, correspondentes à ocupação consolidada, e outros 818,31 hectares identificados como Áreas Antrópicas Não Agrícolas, que incluem espaços modificados sem finalidade produtiva agrícola. Nos usos complementares constam áreas vinculadas a sistemas produtivos e extrativistas, como açaí, castanha-do-pará e carvão vegetal (166.632,11 ha), criação de aves (200,33 ha), bovinos acima de dois anos (5.131,16 ha), além de áreas destinadas à produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora (40.200,25 ha). Estão presentes também pequenos cultivos ou vegetações específicas, como eucalipto (164,47 ha) e oiticica com áreas associadas à produção de lenha e subprodutos (14,93 ha) (IBGE, 2017).

Cobertura e Uso da Terra do Município de Tapurah – MT

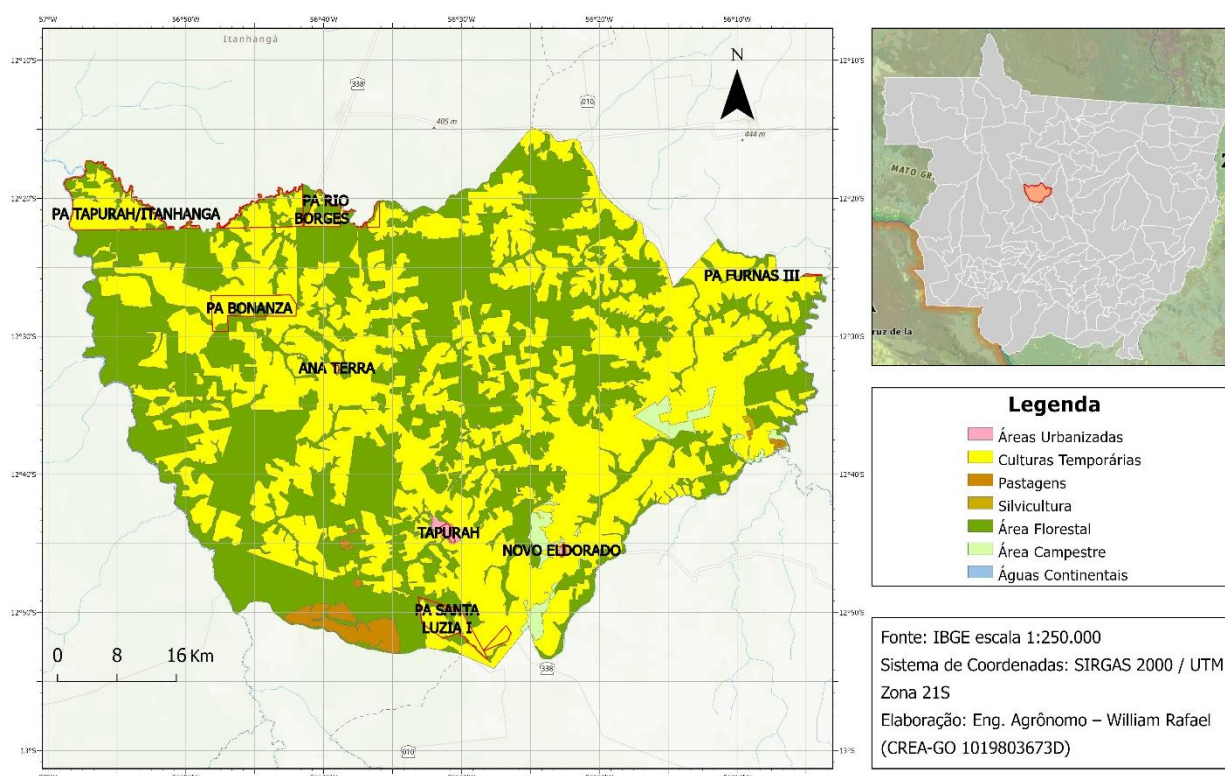


Figura 4 – Cobertura e uso da terra no município de Tapurah – MT (IBGE, 2017).

De modo geral, os dados evidenciam que Tapurah possui matriz produtiva predominantemente agrícola, com grande representatividade das culturas anuais mecanizadas, complementada por áreas naturais relevantes e por atividades extrativistas e pecuárias que contribuem para diversificação econômica e fortalecimento da agricultura familiar.

6. ESTRUTURA DA SEDAMA

I. Gabinete do Secretário – GS

II. Departamento de Meio Ambiente – DEMA

- a) Coordenação de Licenciamento Ambiental
- b) Coordenação de Fiscalização e Educação Ambiental
- c) Coordenação de Gestão de Resíduos Sólidos

III. Departamento de Agricultura e Pecuária – DEAP

- a) Coordenação de Apoio à Agricultura Familiar
- b) Coordenação de Setor Agropecuário

IV. Departamento de Indústria e Comércio – DEIC

- a) Coordenação de Indústria e Comércio

À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente compete:

- I. Coordenar, fomentar e articular programas de desenvolvimento rural alternativos para pequenos agricultores;
- II. Promover e coordenar a política de assistência técnica ao pequeno produtor;
- III. Promover o associativismo rural, bem como assistir às cooperativas e outras associações de classe de produtores e de trabalhadores;
- IV. Promover a fiscalização quanto ao cumprimento de normas e posturas relacionadas com o sistema de abastecimento;
- V. Administrar as feiras, mercados, matadouros e centros comerciais sob o domínio do Poder Público Municipal;
- VI. Planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a elaboração de planos, programas, pesquisas, projetos e atividades para implementação da política ambiental;
- VII. Promover o fomento de atividades economicamente e socialmente ativas nas áreas de turismo, em harmonia com as políticas de preservação e proteção ambiental do município;
- VIII. Promover a fiscalização das reservas naturais;
- IX. Proceder a estudos sobre questões que interessem ao desenvolvimento da indústria, comércio e serviços;
- X. Opinar sobre matérias de interesse industrial, comercial e de serviços;
- XI. Desenvolver trabalhos técnicos de divulgação e promoção da indústria, comércio e serviços.

6.1 ORGANOGRAMA DA SEDAMA

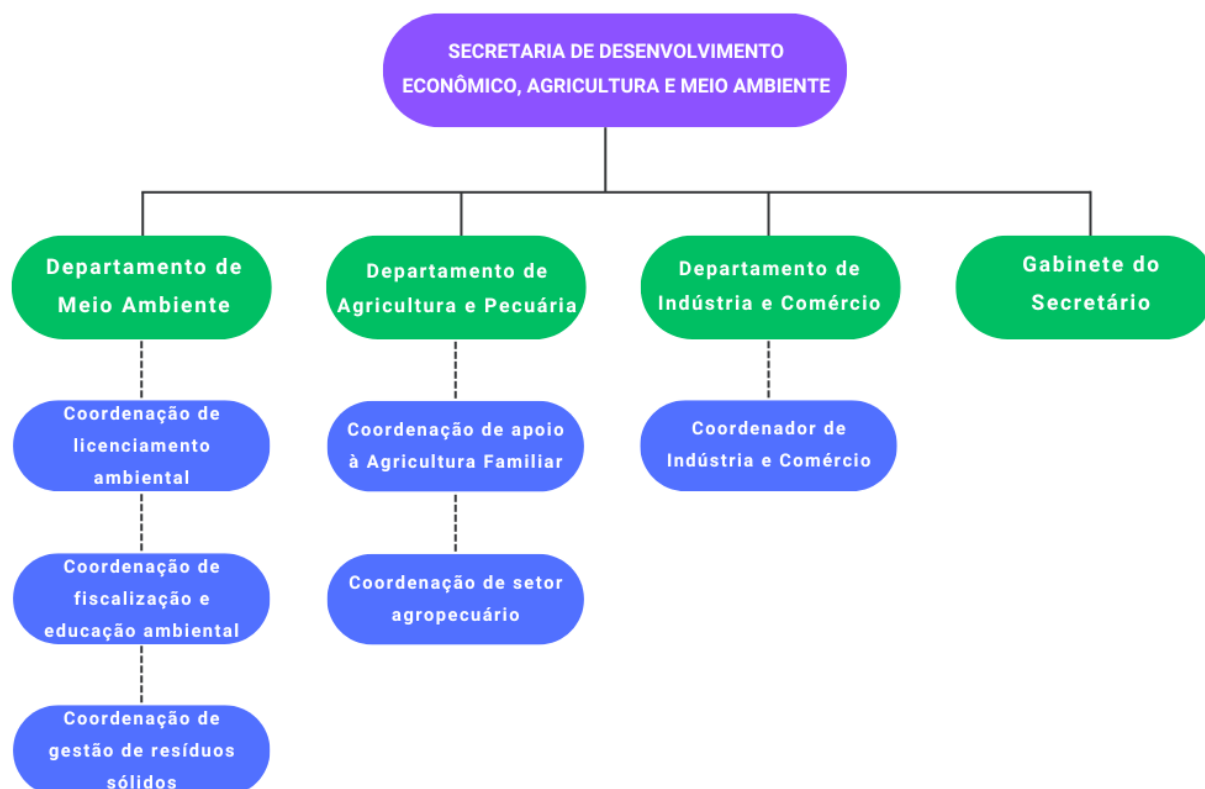


Figura 5 – Estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente de Tapurah – MT.

6.2 INFRAESTRUTURA (FROTA) DA SEDAMA

Tabela 3 - Relação da Frota de Veículos da Secretaria

Especificação	Unid.	Quant.	Frota
Escavadeira PC)	un.	01	134
Motoniveladora (Patrol)	un.	01	088
Trator CASE	un.	01	064
Trator Agrícola MFR 4307 MASSEY	un.	01	089
Caminhão Isotérmico (PL RAL-4B42)	un.	01	81
Caminhão Bau (PL RRW-6G34)	un.	01	112
Caminhão Caçamba ATRON	un.	01	051
Fiat/Strada Endurance CS (PL SPC 6B00)	un.	01	125
Fiat/Strada Endurance CS (PL SPC 6A60)	un.	01	126
Fiat/Strada Freedom CD13 (PL SPT-1145)	un.	01	133
Fiat/Strada HDWK CC E (PL QCX-7D44)	un.	01	0556
Motocicleta CG FAN 150 (PL QBN-3176)	un.	01	138

7. PARCERIA COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO TELES PIRES

O município de Tapurah-MT e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires – CIDESA, resolveram celebrar, por meio do Contrato de Rateio nº 002/2025, a congregação de esforços visando ao planejamento, à coordenação e à execução de atividades de interesse comum dos consorciados. O valor global do contrato para o exercício do ano de 2025 é de **R\$ 85.416,71 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e um centavos)**, sendo repassados em 10 (dez) parcelas mensais, a primeira no valor de **R\$ 8.541,69 (oito mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e nove centavos)**.

Os **municípios integrantes** do Consórcio são: Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Sinop, Sorriso, **Tapurah**, Vera, União do Sul, Santa Rita do Trivelato e São José do Rio Claro.

Em junho de 2025, foi realizada, com os municípios integrantes, a reunião de alinhamento para o processo de descentralização do licenciamento ambiental, com o objetivo de apresentar como deve ser desenvolvido o trabalho pelos técnicos do CIDESA e pelas equipes dos municípios. Foram abordados os tópicos: conceito de descentralização; licenciamento ambiental nos tipos Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), tendo como base legal a Resolução CONSEMA nº 41/2021.

As atividades licenciadas pelos municípios incluem: loteamentos urbanos, condomínios, armazéns de grãos, depósitos de defensivos agrícolas, oficinas mecânicas, lava-jatos e outras atividades listadas na resolução. Cabe aos administrativos municipais receber e conferir processos, emitir taxas, realizar o cadastro técnico municipal, solicitar processos da SEMA, encaminhar documentos ao CIDESA e preencher o formulário de licenciamento.

As funções dos fiscais municipais são: monitorar o empreendimento conforme o impacto ambiental e condicionar o alvará de funcionamento à licença ambiental. Cabe aos Analistas Ambientais do CIDESA fazer a análise técnica e documental, realizar vistorias, emitir pareceres e orientar as equipes dos municípios. O licenciamento ambiental municipal garante a descentralização, promove o desenvolvimento sustentável, fortalece a gestão ambiental local e proporciona maior controle e proteção ambiental nos municípios.

Consórcio Intermunicipal do Alto Teles Pires – CIDESA

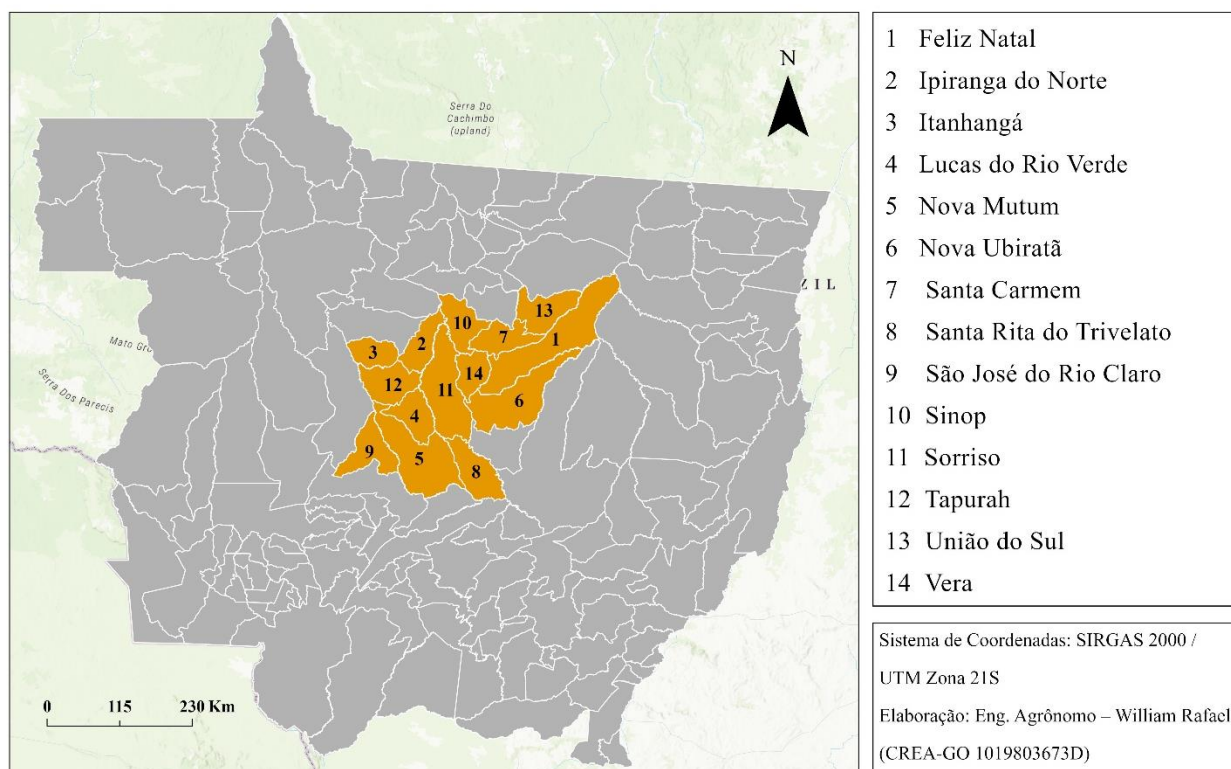


Figura 6 – Municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Alto Teles Pires (CIDESA)

8. METODOLOGIA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A metodologia utilizada na elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar do município de Tapurah compreendeu três momentos:

1º Momento – Coleta de Dados Secundários:

Compreendeu a coleta, seleção, análise e organização de dados já publicados em diferentes fontes, como: Censo do IBGE, planos de desenvolvimento, artigos, cartilhas e livros, a fim de reunir informações relevantes para que os gestores públicos, entidades de apoio e os próprios agricultores familiares possam planejar e implementar ações que promovam o desenvolvimento da agricultura familiar do município.

– **Caracterização do Município:** história, aspectos geográficos, dados demográficos, aspectos socioeconômicos, situação ambiental e informações culturais.

2º Momento – Mobilização e Articulação Institucional no Município:

– **Apresentação da proposta do Plano Municipal da Agricultura Familiar (PMAF),** na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para autoridades e representantes de entidades, tais como: Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente, Secretarias de Educação, Saúde e Infraestrutura, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Centro de Cidadania e Transformação – CCT,

Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso – INDEA, SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa de Desenvolvimento Agro-Industrial Ltda. – COAIT, agentes financeiros e outros.

Na apresentação, discorreu-se sobre a importância do PMAF para os agricultores familiares, entidades públicas e privadas que atuam no meio rural, destacando sua fundamentação legal, justificativa, objetivos, resultados esperados e as etapas operacionais para elaboração, transformação em política pública por meio de Projeto de Lei Municipal e sua execução.



O Prefeito Municipal, Álvaro Galvan, e o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente, Marusan F. Barbosa, fizeram a abertura da apresentação.



Presença do Assessor Parlamentar Jilson F. da Silva, representando o Dep. Estadual Dilmar Dal Bosco, Líder do Governo na Assembleia Legislativa de MT.



A nutricionista do Centro de Cidadania e Transformação – CCT, Nahyara Gomes, expôs que a agricultura familiar do município não supre a demanda, sendo necessário complementar com compras de outros municípios.

Visita da Equipe de Elaboração às Entidades Parceiras – O objetivo dessa visita foi levantar informações nas instituições públicas e privadas que atuam, direta ou indiretamente, com os beneficiários da agricultura familiar. Os dados levantados se propõem a auxiliar a identificação dos principais problemas, das potencialidades locais e das soluções propostas ao desenvolvimento:

- Visita à **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente**, visando nivelar informações sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, comunidades tradicionais e assentamentos de produtores existentes, principais atividades agropecuárias, agroindústrias existentes, situação do meio ambiente, turismo rural, assistência técnica, capacitação, cooperativismo, associativismo, crédito rural, serviço de inspeção municipal e agentes financeiros existentes;
- Visita à **Secretaria de Educação** para levantar o número de escolas municipais e estaduais existentes no meio rural, o quadro de professores, transporte escolar, compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e a atuação da Secretaria no meio rural;
- Visita à **Secretaria de Saúde** com o objetivo de levantar o número de unidades de saúde existentes no meio rural, agentes de saúde e a atuação da Secretaria;
- Visitas às **outras instituições existentes no município**, como: Empaer, Cooperativa COAIT, Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

3º Passo – Mobilização Comunitária:

- **Mobilização das Famílias das Comunidades e Assentamentos** – Compreendeu convites feitos às famílias rurais para participação no planejamento de elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar do município;

- **Oficinas de Trabalho nas Comunidades e Assentamentos** – Processo por meio do qual as pessoas, de forma participativa, se reuniram para conhecer melhor as características de sua própria comunidade e/ou assentamento, identificar potencialidades, vocações e os principais obstáculos que limitam o desenvolvimento da agricultura familiar.

- Dinâmica das Oficinas nas Comunidades e Assentamentos:

- **Inscrição dos Participantes da Oficina** – No momento da inscrição, cada participante assina a lista de presença e recebe seu crachá com identificação. São convidados a beber água e tomar um café, enquanto aguardam o início da oficina de trabalho.

- **Abertura da Oficina:**

- **Boas-vindas** – Momento em que é feito o primeiro contato com os participantes da oficina, destacando a importância da presença de todos, incentivando-os e motivando-os a participarem dos trabalhos a serem desenvolvidos;

- **Composição da Mesa com Autoridades** – As autoridades presentes foram convidadas a compor a mesa e fizeram uso da palavra após a apresentação da programação da oficina de trabalho;

- **Apresentação da Programação** – Antes do início dos trabalhos, os participantes conheceram as atividades que seriam desenvolvidas durante a oficina. Foram apresentados o que é o Plano Municipal da Agricultura Familiar (PMAF), seus objetivos, sua importância, a fundamentação legal e os resultados esperados com sua elaboração;
- **Fala das Autoridades** – As autoridades utilizaram a fala para destacar a importância do PMAF para o município e incentivaram os presentes a participarem de sua elaboração.
- **Início da Oficina – Reflexão: “Barco Sem Rumo”** – Esta é a primeira atividade. Utiliza-se o desenho de um barco à deriva, no qual está escrito “**barco sem rumo não tem vento a favor**”. Discute-se o que significa estar sem rumo, o que isso representa para a comunidade e de que maneira é possível construir um rumo. A conclusão que se busca alcançar é que, para se ter um rumo, é preciso planejar, e que o planejamento será mais legítimo se contar com a participação de todos.



“Barco sem rumo não tem
vento a favor”

- **Convite para o Trabalho** – Com os resultados da reflexão, é lançada aos participantes a seguinte pergunta: *Vocês desejam construir o rumo para a busca de melhores oportunidades para sua comunidade?* Todos, motivados pela reflexão anterior, respondem que sim e, em seguida, são convidados para o trabalho.



Figura 7 – Ilustração utilizada para o “Convite ao Trabalho”.

- **1º Trabalho em Grupo – Retrato da Comunidade** – Este trabalho tem por objetivo desinibir os participantes, melhorar a integração do grupo e construir a realidade do lugar onde vivem. A tarefa é desenhar sua comunidade como se estivessem tirando uma fotografia aérea, estabelecendo os limites, as potencialidades e os entraves. Não deverão escrever, somente desenhar, o que possibilita a participação de todos. O exercício também serve para aumentar o entrosamento e o interesse em participar de trabalhos em grupo.



Figura 8 – Oficinas participativas com agricultores familiares, envolvendo a construção coletiva dos desenhos em grupo (A) e a apresentação e validação dos resultados em plenária (B).

- **2º Trabalho em Grupo – Análise Econômica, Ambiental, Social e de Infraestrutura –**
Este trabalho possibilita que cada grupo faça a análise de cada aspecto, utilizando a Matriz FOFA:

Ambiente Interno – Forças e Fraquezas;

Ambiente Externo – Oportunidades e Ameaças.



Figura 9 – Representação da Matriz FOFA

- **Apresentação em Plenária** – Cada grupo apresenta e valida, em plenária, o resultado da Matriz FOFA trabalhada em cada aspecto:
 - **Área Ambiental** (vegetação, água, solo, lixo doméstico, lixo tóxico e Cadastro Ambiental Rural);
 - **Área Econômica** (produção, agroindústrias, comercialização, crédito rural, assistência técnica e regularização fundiária);
 - **Área Social** (educação, saúde, organização, saneamento, cultura, esporte e lazer);
 - **Infraestrutura** (habitação, comunicação, energia, estradas e transporte).

O **Humorômetro** foi utilizado para avaliar as oficinas de trabalho com os participantes das comunidades e assentamentos, com o objetivo de medir e acompanhar o sentimento de cada um, de forma rápida, visual e eficaz. Ao final de cada oficina, os participantes realizaram a avaliação, marcando um “X” com pincel atômico na cartolina, registrando seus sentimentos.

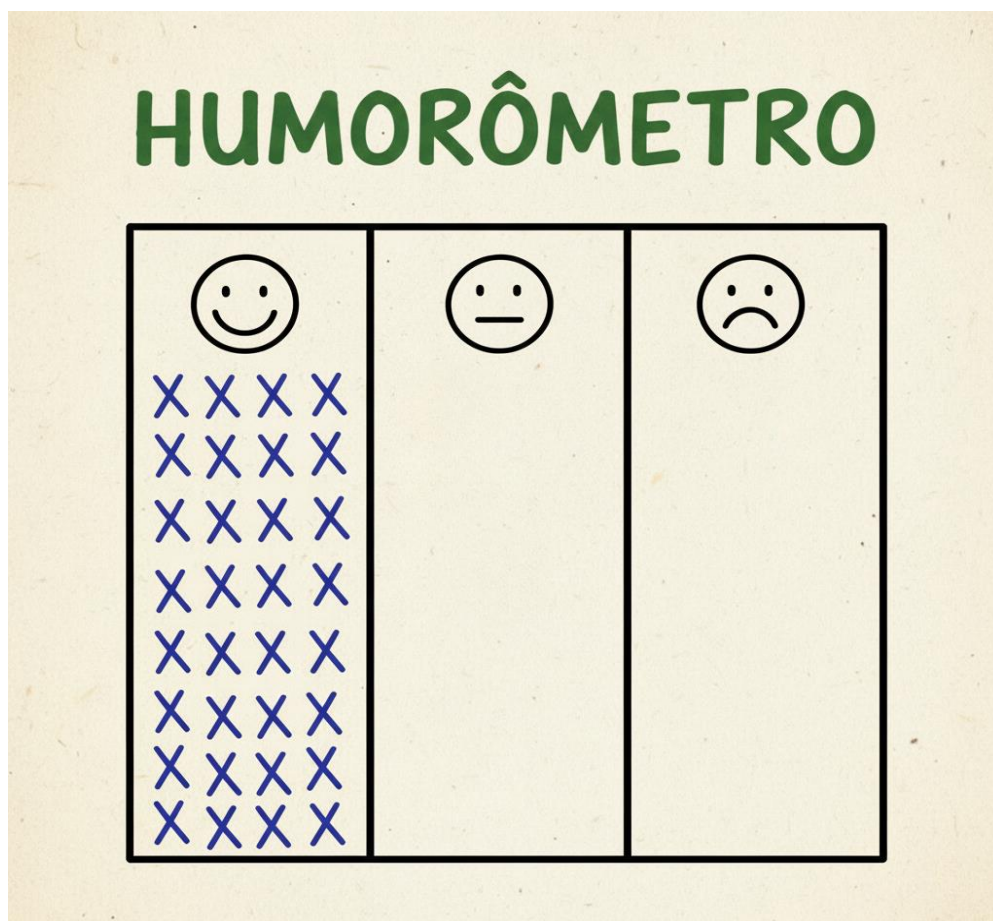


Figura 10 – Representação ilustrativa do “Humorômetro”, utilizado nas oficinas de trabalho.

9. SISTEMATIZAÇÃO DAS ANÁLISES TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS.

A Matriz FOFA é uma ferramenta utilizada para analisar os pontos fortes e fracos do meio rural do município (fatores internos) e as oportunidades e ameaças que ele enfrenta no ambiente externo. O objetivo é usar essas informações para tomar decisões estratégicas, aproveitar as oportunidades, neutralizar ameaças, potencializar as forças e corrigir as fraquezas, aumentando a competitividade da agricultura familiar. A sistematização final foi feita pela equipe responsável pela elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar – PMAF, a seguir descrita:

Quadro 5 – Análise Ambiental do Meio Rural (Matriz FOFA)

Ambiente Interno: Forças e Fraquezas

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Boa cobertura vegetação nativa - Recursos hídricos abundantes - Relevo plano - Destino correto dos resíduos e vasilhames de defensivos - Cadastro Ambiental Rural com adesão	- Nascentes de água pouco protegidas - Grande quantidade de APPs desmatada - Falta de práticas de conservação do solo - Coleta seletiva de lixo no meio rural
Ambiente Externo: Oportunidades e Ameaças	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Recursos hídricos abundantes - Proteção do solo com cobertura verde - Implementação de Programa de Regularização Ambiental (PRA) - Mudas para recuperar mata ciliar	- Alterações no clima (ondas de calor) - Solos com alto índice de erosão - Maior frequência de fenômenos climáticos extremos (enxurradas e estiagens)

Quadro 6 – Análise Econômica do Meio Rural (Matriz FOFA)

Ambiente Interno: Forças e Fraquezas

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Estradas de acesso às propriedades - Água disponível para irrigação - Venda institucional da produção (PAA, PNAE) e Feira do produto local - Proximidade de outros mercados - Diversidade de produção - Assistência Técnica disponível (SEDAMA, Empaer, ATEGs SENAR) - Infraestrutura para escoamento da produção - Facilidade de acesso a insumos - Vacinação dos animais	- Escassez de mão-de-obra - Assistência técnica mais presentes - Energia elétrica não tem rede trifásica - Entrada de produtos para o consumo de outras regiões - Pouco conhecimento sobre utilização da nota fiscal eletrônica - Industrialização da produção - Regularização fundiária deficitária - Dificuldade de acesso ao crédito rural
Ambiente Externo: Oportunidades e Ameaças	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Turismo rural - Economia diversificada	- Redução da sucessão rural das propriedades - Alterações climáticas

Quadro 7 – Análise Social do Meio Rural (Matriz FOFA)**Ambiente Interno: Forças e Fraquezas**

FORÇAS	FRAQUEZAS
• INTERNET: Starlik, Via Rádio e Fibra Ótica • Presença de unidade de atendimento a saúde na área rural • Coleta de resíduos orgânicos e seletivos • Abastecimento público de água tratada nas comunidades • Aposentadorias rurais • Transporte escolar • Existência de unidades de saúde	• Moradia deficitária • Esporte e Laser para jovens e adultos • Saneamento básico rural insuficiente • Falta de instituição pública de ensino técnico na área rural • Deficiência na organização em associativismo e cooperativismo • Atendimento nas unidades de saúde • Sistema de telefonia ainda deficitário • Salas de aula insuficiente em algumas áreas • Associações pouco ativas
Ambiente Externo: Oportunidades e Ameaças	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Potencial de crianças e jovens nas escolas Municipais de Educação do Campo para a sucessão do trabalho e atividades no campo • Boa infraestrutura e organização das comunidades • Cultura e gastronomia ainda preservadas • Integração através das festas nas comunidades • Campeonatos esportivos entre comunidades	• Falta de recursos humanos parceiros para tornar o currículo da Escola de Educação do Campo ativo • Tráfico de drogas em algumas comunidades, envolvendo jovens estudantes como usuários • Falta de opções de lazer no meio rural principalmente para jovens • Poucas parcerias com entidades locais • Êxodo rural

Quadro 8 – Análise da Infraestrutura do Meio Rural (Matriz FOFA)**Ambiente Interno: Forças e Fraquezas**

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Proximidade do mercado consumidor de frutas e hortaliças; • Estradas com bom acesso as propriedades	• Baixa cobertura de rede de telefonia móvel • Rede trifásica não chega em várias propriedades • Oscilação da rede de energia • Dificuldade na extensão de rede de distribuição de água
Ambiente Externo: Oportunidades e Ameaças	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Novas tecnologias de internet via satélite; • Disponibilidade de financiamentos para captação de recursos para obras.	• Segurança (furtos e assaltos mediante coação • Grande extensão de malha viária para realizar manutenção e roçadas.

10. DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR

10.1 CONTEXTO GERAL

O diagnóstico da agricultura familiar em Tapurah apresenta informações gerais sobre o território, dados geográficos, perfil produtivo, perfil social, organizações dos produtores e a estrutura de serviços existentes, compondo o panorama necessário ao planejamento estratégico do desenvolvimento rural. O município se destaca pela forte aptidão agrícola, com predominância de lavouras temporárias como soja, milho, algodão e feijão, além de cadeias pecuárias consolidadas, como suinocultura, avicultura e bovinocultura. No âmbito da agricultura familiar, sobressaem-se a produção de frutas, legumes, verduras, mandioca, apicultura, piscicultura e avicultura de pequena escala, atividades essenciais para o abastecimento de alimentos básicos consumidos pela população.

No contexto nacional, a Agricultura Familiar ocupa posição central no desenvolvimento rural brasileiro. Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE), o país possui mais de 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários, muitos deles caracterizados pela gestão familiar. Ainda conforme o Censo, 4,75 milhões desses estabelecimentos possuem produção ativa, revelando a ampla participação da agricultura familiar na oferta de alimentos, na geração de renda e na segurança alimentar do país. Esses dados servem como referência para compreender o papel estratégico que a agricultura familiar desempenha em municípios como Tapurah, inclusive na diversificação produtiva e na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

No caso de Tapurah, as condições naturais favorecem a produção agrícola. Os solos do município apresentam excelentes características físicas para mecanização, com boa profundidade, drenagem adequada e baixa suscetibilidade à erosão. Entretanto, a fertilidade natural é reduzida e a acidez elevada, o que demanda uso racional de corretivos, práticas de manejo adequadas e adoção de técnicas conservacionistas. Tais características tornam o município amplamente apto ao desenvolvimento agropecuário sustentável, com destaque para:

- uso eficiente de corretivos e fertilizantes;
- implantação de práticas agroecológicas e rotação de culturas;
- manutenção da cobertura vegetal nas margens de rios, córregos e nascentes;
- incentivo à agricultura familiar diversificada e de base conservacionista.

O uso planejado do solo, aliado à adoção de tecnologias sustentáveis de produção, permitirá que Tapurah consolide sua vocação agrícola sem comprometer os recursos naturais, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a integração territorial. Dessa forma, o município tende a se destacar como referência regional em produtividade, inovação, manejo responsável e sustentabilidade.

10.1.1 Importância da Agricultura Familiar para Tapurah

A agricultura familiar desempenha um papel essencial no desenvolvimento rural de Tapurah, especialmente em um território marcado pela predominância do agronegócio de larga escala. Nesse contexto, ela assume funções estratégicas como a diversificação da oferta de alimentos para consumo interno, a complementação de renda das famílias rurais, a preservação de práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis e o abastecimento de programas de compras institucionais, como o PNAE e o PAA. Essa integração reforça sistemas produtivos locais, com destaque para hortifruticultura, mandioca, pequenas criações, apicultura, piscicultura e atividades de agregação de valor, como processamento artesanal de alimentos.

No município, a agricultura familiar contribui diretamente para a segurança alimentar da população, fornecendo produtos de ciclo curto, hortaliças, legumes, aves, suínos em pequena escala, ovinos e derivados. Ainda que a produção familiar ocorra em menor escala quando comparada às cadeias empresariais predominantes, como; soja, milho, algodão e pecuária intensiva, sua relevância permanece evidente ao fortalecer a economia circular, gerar trabalho no campo e manter a diversidade produtiva e paisagens agrícolas heterogêneas.

Esse cenário evidencia que a agricultura familiar possui grande potencial de expansão em Tapurah, sobretudo nas cadeias de hortifruticultura, apicultura, produção animal de pequeno porte e agroindústria familiar. As condições de vida das famílias rurais reforçam a necessidade de políticas públicas que priorizem saneamento, habitação rural, infraestrutura produtiva, assistência técnica e extensão rural continuada. O fortalecimento do acesso ao crédito, da organização social e das compras públicas é fundamental para ampliar sua capacidade produtiva e competitividade.

Assim, a agricultura familiar consolida-se como um dos pilares do desenvolvimento rural no município, contribuindo para a segurança alimentar, geração de renda, sustentabilidade ambiental e integração territorial, posicionando Tapurah como referência regional em diversificação produtiva e manejo responsável dos recursos naturais.

10.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Tabela 12 – Comunidades Tradicionais e Assentamentos de Produtores

Comunidades Tradicionais	Nº Famílias	Distância da Sede	Principais Produtos Cultivados
Ana Terra/Novo Eldorado	12	50/23 km	Frutas, legumes, verduras, mandioca, aves, bovinos de leite, corte e ovinos
Chácara - Entorno	90	-	
Chácara - Urbana	50	-	
Subtotal	152	-	

Assentamentos - Incra	Nº Famílias	Distância da Sede (Km)	Principais Produtos Cultivados
Rio Borges	10	50	Frutas, legumes, verduras, bovinos de leite, corte, ovinos e aves.
Santa Luzia	17	20	
Tapurah/Itanhangá	18	50	
Bonanza	08	40	
Subtotal	53	-	
TOTAL	205	-	

10.3 DESCRIÇÃO DO EFETIVO DOS REBANHOS

De acordo com a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM/IBGE, 2024), o município de Tapurah (MT) apresenta um rebanho diversificado, com destaque para a pecuária bovina, suinocultura e avicultura. O município possui 81.769 cabeças de bovinos, compondo uma base importante para a atividade pecuária regional. A suinocultura também se destaca, com 407.087 suínos no total, dos quais 32.905 são matrizes, evidenciando um setor estruturado e voltado à produção intensiva.

No segmento de equinos, o município registra 1.200 animais, enquanto os rebanhos de caprinos e ovinos apresentam menor representatividade, com 415 caprinos e 5.227 ovinos, respectivamente. A avicultura é uma das atividades mais expressivas, totalizando 4.367.808 galináceos, incluindo 35.000 galinhas destinadas à produção de ovos e/ou corte.

Esses números demonstram que Tapurah possui forte presença em sistemas intensivos de produção animal, especialmente na criação de suínos e aves, complementados por um rebanho bovino significativo na região norte mato-grossense (IBGE, 2024).

Tabela 4 - Efetivo dos Rebanhos (Cabeças).

Tipo de Rebanho	Tapurah (MT)	Mato Grosso	Participação (%)
Bovino	81.769	32.853.368	0,25%
Equino	1.200	406.723	0,30%
Suíno – Total	407.087	2.203.941	18,47%
Suíno – Matrizes	32.905	215.469	15,27%
Caprino	415	22.107	1,88%
Ovino	5.227	360.838	1,45%
Galináceos	4.367.808	44.682.308	9,78%

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), 2024.

10.4 CIDADANIA, EDUCAÇÃO E SUPORTE À AGRICULTURA FAMILIAR

O Centro de Cidadania e Transformação (CCT) prepara 5 mil refeições diárias e atende cerca de 2.000 alunos, tanto na zona urbana quanto na rural. Para isso, conta com 10 agricultores familiares do município e com a Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial de Tapurah (COAIT) como fornecedores de produtos da agricultura familiar, complementando suas compras no comércio local e em uma cooperativa do município de Lucas do Rio Verde. A COAIT, dedicada à produção de polpas de frutas, contribui diretamente para a merenda escolar das escolas municipais.

No município, a rede educacional é composta por quatro escolas municipais urbanas e duas rurais, totalizando seis unidades que atendem 1.950 alunos. Além disso, Tapurah dispõe de uma escola estadual, que atende 1.236 estudantes, e uma escola da rede particular, com 398 alunos.

A assistência técnica aos agricultores familiares é garantida pela Secretaria Municipal, que conta com uma equipe técnica multidisciplinar, e pela Empaer, que mantém um médico-veterinário na sede do município, além de disponibilizar, dois dias por semana, um profissional técnico lotado no município vizinho de Itanhangá. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MT), por meio do Sindicato Rural, atua com Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) nas áreas de fruticultura e olericultura, com dois técnicos em agropecuária, e na área de apicultura, atualmente em fase de planejamento. O Senar também realiza capacitações conforme demandas levantadas pelo Sindicato Rural de Tapurah.

No âmbito produtivo, Tapurah conta com duas agroindústrias familiares em funcionamento: Embutidos Tapurah, que produz embutidos defumados de suínos com registro no SIM/Tapurah e capacidade anual de 3.600 kg de salame, e Ovos Cavazzini, que mantém produção diária de 550 dúzias de ovos. A organização social dos agricultores é fortalecida pela atuação da Associação do PA Santa Luzia, composta por 30 famílias, além da Associação dos Produtores de Suínos do Médio-Norte, formada por 11 famílias e atuante na defesa dos interesses dos associados junto à empresa integradora. Além dessas organizações, o município conta também com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que exerce papel relevante na representação social, na mobilização das famílias agricultoras e na defesa dos seus direitos.

Por fim, os agricultores familiares assentados da Reforma Agrária enfrentam dificuldades de acesso ao crédito rural devido à ausência de regularização fundiária. Torna-se essencial contemplar ações voltadas à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, garantindo o direito social à moradia e o pleno desenvolvimento das funções da propriedade.

11. EIXOS ESTRATÉGICOS, DIRETRIZES E AÇÕES PRIORITÁRIAS

As **diretrizes** são regras gerais que indicam qual caminho seguir, ou uma escolha estratégica para alcançar os objetivos. Elas funcionam como um guia para estabelecer metas a serem seguidas, assegurando que os objetivos sejam alcançados. As ações são compreendidas como as medidas que o Governo e seus parceiros deverão tomar para atender às diretrizes.

Elas estão propostas a partir de cinco grandes eixos temáticos, quais sejam: Produção Sustentável; Agregação de Valor e Comercialização; Assistência Técnica e Extensão Rural; Regularização Ambiental e Fundiária; Governança e Controle Social.

Eixo 01 – Produção Sustentável

Compreende o aperfeiçoamento dos sistemas de produção para um modelo produtivo, economicamente viável e ecologicamente sustentável, fundamentado nos princípios da produção de base agroecológica e estruturado em cadeias produtivas.

Eixo 01 – Produção Sustentável					
DIRETRIZ 1: Fomentar e disseminar práticas de produção sustentável e agroecológica					
OBJETIVO: Disseminar práticas de produção sustentável e agroecológica					
Metas Prioritárias	Ações Prioritárias	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Produção sustentável	Intercâmbios, feiras, dias de campo e visitas técnicas, apoio a participação.	03 intercâmbios 30 particip.	SEDAMA e Empaer	2026/ 2027/ 2028	9.000,00
	Implantação de Unidades de Referência Tecnológicas (URTs) de produção agroecológica.	03 URTs de produção agroecológica (0,5 ha).	SEDAMA e Empaer	2026/ 2027/ 2028	120.000,00
	Valorização de conhecimentos e práticas de preservação e multiplicação de sementes crioulas.	03 URTs de multiplicação de sementes crioulas 0,5 ha	SEDAMA e Empaer	2026/ 2027/ 2028	120.000,00

Eixo 01 – Produção Sustentável					
DIRETRIZ 2: Facilitar o acesso ao crédito para agricultores familiares					
OBJETIVO: Acessar crédito para agricultores familiares					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Acesso a crédito rural do Pronaf	Divulgação das linhas de crédito do PRONAF com suas especificidades.	06 reuniões técnicas (120 part.)	SEDAMA, Empaer e Ag. Financeiros	2026/ 2027/ 2028	6.000,00

Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Acesso a crédito rural do Pronaf	Capacitação de agentes financeiros e de ATER para facilitar o acesso ao crédito rural.	03 encontros técnicos (60 técnicos)	SEDAMA, Empaer e Ag. Financeiros	2026/2027/2028	9.000,00
	Incentivo à autonomia financeira e empoderamento das mulheres e jovens.	03 reuniões técnicas (60 part.)	SEDAMA e Empaer	2026/2027/2028	3.000,00

Eixo 01 – Produção Sustentável					
DIRETRIZ 3: Apoiar o desenvolvimento das cadeias produtivas na agricultura familiar					
OBJETIVO: Desenvolver cadeias produtivas da agricultura familiar					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Desenvolvimento das cadeias produtivas da agricultura familiar	Desenvolvimento das cadeias produtivas como: FLV, mandioca, apicultura, aves e pecuária de leite.	300 visitas aos produtores familiares	SEDAMA e Empaer	2026/2027/2028	96.000,00
	Formação de organizações da agricultura familiar para gestão das cadeias produtivas.	03 cursos sobre associativismo e cooperativismo (45 part.)	SEDAMA, Empaer e Senar	2026/2027/2028	17.460,00
	Introdução de cadeias produtivas do café e cacau.	03 URT de produção (0,5 ha)	SEDAMA e Empaer	2026/2027	120.000,00

Eixo 01 – Produção Sustentável					
DIRETRIZ 4: Promover o acesso à água para uso doméstico e produtivo					
OBJETIVO: Acessar água para uso doméstico e produtivo					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Acesso a água	Levantamento do potencial e necessidades locais de água para uso doméstico e produtivo por agricultor familiar.	50 sistemas de captação de água	SEDAMA e Empaer	2026/2027	40.000,00
	Captação de recursos para viabilização de projetos de irrigação para agricultores familiares.	Elaboração de 01 projeto de incentivo à agricultura familiar irrigada	SEDAMA/ Empaer/ Seaf/MT	2026/2027	20.000,00

Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Acesso a água	Distribuição e implantação de sistemas de captação de água para irrigação.	50 sistemas de captação de água	SEDAMA/ Empaer/ Seaf/MT	2026/ 2027	150.000,00

Eixo 02 – Agregação de Valor e Comercialização

É possível observar diversos entraves enfrentados pelos agricultores familiares que vão desde o beneficiamento dos produtos nas agroindústrias, questões fiscais, tributárias e sanitárias, aos espaços para efetivar a venda ao consumidor. Este eixo apresenta propostas para superar esses entraves e possibilitar acesso aos circuitos de comercialização (feiras, mercados institucionais, convencionais, e o acesso do consumidor a produtos com qualidade).

Eixo 02 – Agregação de Valor e Comercialização					
DIRETRIZ 1: Fortalecer as organizações sociais produtivas					
OBJETIVO: Criar e regularizar associações e cooperativas					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Criação e regularização de associações e cooperativas	Criação e regularização de associações e cooperativas.	03 reuniões técnicas (60 part.)	SEDAMA, EMPAER, Empaer e OCB	2026/ 2027/ 2028	3.000,00
	Capacitação em organização produtiva e gestão de empreendimentos.	02 cursos (30 part.)	SEDAMA e SENAR	2026/ 2027	11.640,00

Eixo 02 – Agregação de Valor e Comercialização					
DIRETRIZ 2: Potencializar o alcance dos mercados institucionais					
OBJETIVO: Alcançar mercados institucionais					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Comercialização com mercados institucionais (PAA e PNAE)	Capacitação de profissionais das entidades para implementação do Programa PNAE.	03 reuniões técnicas (60 part.)	SEDAMA, Empaer e SEDUC	2026/ 2027/ 2028	3.000,00
	Divulgação do Programa do PNAE e seus benefícios nas escolas públicas, entre o público da agricultura familiar	03 reuniões técnicas (60 part.)	SEDAMA e Empaer	2026/ 2027/ 2028	3.000,00

Eixo 02 – Agregação de Valor e Comercialização					
DIRETRIZ 3: Impulsionar o comércio da produção agrícola e não agrícola					
OBJETIVO: Apoiar a comercialização da produção agrícola e não agrícola					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Comércio da produção agrícola e não agrícola	Apoiar o desenvolvimento das cadeias de turismo rural, gastronomia e artesanato, com ênfase na agricultura familiar	03 reuniões técnicas (60 part.)	SEDAMA, EMPAER e SEDTUR	2026/2027/2028	3.000,00

Eixo 02 – Agregação de Valor e Comercialização					
DIRETRIZ 4: Apoiar o desenvolvimento das agroindústrias familiares					
OBJETIVO: Desenvolver as agroindústrias familiares					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Desenvolvimento das agroindústrias familiares	Apoiar o desenvolvimento das agroindústrias familiares	03 reuniões técnicas (60 part.)	SEDAMA, SEAF, AMM e Empaer	2026/2027	3.000,00
		20 visitas técnicas (20 participantes)	SEDAMA, SEAF, AMM e Empaer	2026/2027	6.400,00
	Fomento a construção e adequação de agroindústrias familiares	02 reuniões técnicas (40 participantes)	SEDAMA, SEAF, AMM e Empaer	2026/2027	2.000,00

Eixo 03 – Assistência Técnica e Extensão Rural

De modo geral, a assistência técnica e extensão rural é pautada pela racionalidade produtiva do modelo agrícola de produção de commoditus e orientada pela difusão e transferência tecnológica, por esse motivo, continua pouco adequada à realidade socioambientais da agricultura familiar. Este eixo apresenta proposições para ampliação dos serviços e a conformação da ATER pública para que reconheça e valorize o protagonismo da agricultura familiar, nos processos de produção e socialização de conhecimentos.

Eixo 03 – Assistência Técnica e Extensão Rural					
DIRETRIZ 1: Prestação dos serviços de ATER para o público da agricultura familiar					
OBJETIVO: Prestar ATER para o público da agricultura familiar					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Serviços de ATER para o público da agricultura familiar	Prestação de serviço de ATER voltada para inclusão socioeconômica plena e reconhecida de mulheres e jovens rurais na agricultura familiar.	60 mulheres atendidas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	19.200,00
		40 jovens rurais atendidos	SEDAMA e Empaer	2026/2027	12.800,00
	Implementação de boas práticas de ATER	60 agricultores atendidos	SEDAMA e Empaer	2026/2027	19.200,00
	Utilização de URT's, para validação, monitoramento de resultados e transferência de tecnologias	02 URTs implantadas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	80.000,00
		100 agricultores atendidos	SEDAMA e Empaer	2026/2027	32.000,00

Eixo 03 – Assistência Técnica e Extensão Rural					
DIRETRIZ 2: Capacitar prestadores de serviço de ATER e agentes locais					
OBJETIVO: Capacitar os técnicos de ATER do município					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Capacitação dos técnicos de ATER e público da agricultura familiar	Capacitação de técnicos em metodologia de ATER	15 técnicos capacitados	SEDAMA e Empaer	2026/2027/2028	16.749,00
	Capacitação de agricultores em tecnologias de produção e comercialização	75 agricultores capacitados	SEDAMA, Empaer e SENAR	2026/2027/2028	17.460,00

Eixo 03 – Assistência Técnica e Extensão Rural					
DIRETRIZ 3: Promover a emancipação socioeconômica das mulheres e jovens rurais					
OBJETIVO: Garantir ATER e crédito para mulheres e jovens na agricultura familiar					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
ATER e crédito para mulheres e jovens rurais	Estímulo a participação das mulheres e jovens rurais nos projetos de assistência técnica e extensão rural	04 reuniões técnicas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	4.000,00

Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
ATER e crédito para mulheres e jovens rurais	Promoção e apoio a mulheres e jovens rurais para o acesso às linhas de crédito da Agricultura Familiar	04 palestras técnicas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	3.500,00
	Fomento às atividades não agrícolas entre as mulheres e jovens rurais	04 palestras técnicas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	3.500,00

Eixo 04 – Regularização Ambiental e Fundiária

Na regularização ambiental, as ações visam orientar os agricultores familiares sobre a legislação ambiental vigente, para promoverem a adequação ambiental das propriedades e posses rurais. Sem a documentação e regularização ambiental da propriedade o agricultor fica impossibilitado de acessar as políticas públicas, como linhas de crédito e os mercados institucionais.

A regularização Fundiária, contempla ações que visam à regularização de assentamentos e comunidades tradicionais irregulares e a titulação de seus ocupantes.

Eixo 04 – Regularização Ambiental e Fundiária					
DIRETRIZ 1: Promover a regularização ambiental dos imóveis da Agricultura Familiar					
OBJETIVO: Regularizar ambientalmente os estabelecimentos da agricultura familiar					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Regularização ambiental dos imóveis da Agricultura Familiar	Realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades e posses da agricultura familiar.	04 palestras técnicas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	6.000,00
	Capacitar os agricultores em educação ambiental (combate a incêndios, destinação de embalagens de agrotóxicos e resíduos químicos)	04 palestras técnicas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	6.000,00

Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Regularização fundiária dos imóveis da agricultura familiar	Apoiar técnica e juridicamente à regularização fundiária de propriedades da agricultura familiar	04 reuniões técnicas	SEDAMA, SEAF e INTERMAT	2026/2027	6.000,00
	Garantir ao morador o título de sua propriedade.	04 reuniões técnicas	SEDAMA, SEAF e INTERMAT	2026/2027	6.000,00
	Permitir a inclusão dos lotes nos cadastros municipais.	04 reuniões técnicas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	6.000,00

Eixo 05 – Governança e Controle Social

A governança é essencial para garantir que os interesses da sociedade sejam atendidos e que haja transparência, responsabilidade e inclusão nas tomadas de decisão. Controle social é a participação da sociedade na fiscalização e avaliação das ações do governo e das políticas públicas, que pode ocorrer por meio de conselhos, audiências, grupos de cidadãos, redes sociais, entre outros mecanismos. A interação entre governança e controle social pode levar a melhores resultados nas políticas públicas e maior confiança da sociedade nas instituições.

Eixo 05 – Governança e Controle Social					
DIRETRIZ 1: Fortalecer a cooperação interinstitucional para o desenvolvimento da AF					
OBJETIVO: Estimular o controle social sobre as ações do poder público para AF					
Metas Prioritárias	Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo	Valor
Controle social: Sociedade ativa e participante	Fortalecer o CMDRS para monitoramento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável	04 palestras técnicas	SEDAMA e Empaer	2026/2027	6.000,00
	Implementação de projeto que garanta dotação orçamentária para funcionamento do CMDRS	01 projeto elaborado	SEDAMA e Empaer	2026	5.000,00
	Capacitação de gestores municipais e sociedade civil sobre processo de gestão pública como LOA, LDO e PPA	02 cursos sobre gestão pública	SEDAMA, SEAF e Empaer	2026/2027	11.640,00

12. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O Planejamento Orçamentário e Financeiro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente (SEDAMA) compreende o conjunto de ações, estudos e instrumentos que orientam a aplicação dos recursos públicos na execução das políticas, programas e projetos voltados ao setor agropecuário e ao desenvolvimento rural do município. Ele faz parte do planejamento governamental e deve estar alinhado às diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que contém as orientações definidas pelo Poder Executivo para organizar a elaboração do orçamento público anual, ou seja, para definir como o dinheiro público deve ser planejado e gasto no ano seguinte.

As diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são regras e prioridades que indicam o que é mais importante para o governo realizar no ano subsequente. Elas estabelecem como o orçamento deve ser montado, definem limites, critérios e metas fiscais e orientam a Secretaria Municipal sobre onde concentrar seus planos e programas. O Poder Executivo garantiu à Secretaria o recurso anual no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinados ao custeio e aos investimentos.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal da Agricultura Familiar é uma ferramenta de planejamento, que apresenta um diagnóstico participativo do meio rural do município, especialmente da agricultura familiar, apontando os principais problemas, as necessidades e potencialidades existentes. Servirá de base para elaboração de programas e projetos econômicos, sociais, ambientais e de infraestruturas.

o Plano é requisito do Termo de Adesão dos municípios ao Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar de Mato Grosso – SEIAF/MT, que será computado como requisito para a aferição do Índice Municipal da Agricultura Familiar - IAF, base para o recebimento de até 2% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) anual.

Contribui para um novo modelo de gestão, e orienta a proposição e execução de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar do município

Contempla diretrizes que indicam qual caminho seguir, ou uma escolha estratégica para alcançar os objetivos, que funcionam como um guia para estabelecer metas a serem seguidas, assegurando que os objetivos sejam alcançados. Também, ações que são compreendidas como as medidas que o Governo e seus parceiros deverão tomar para atender às diretrizes.

Finalizado, o Plano deve ser transformado em Lei Municipal, que instituirá a Política de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, e servirá para um período de 12 anos com atualização a cada 4 anos.

14. REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Disponível em:

<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/frutas>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa da Pecuária Municipal: Tabela 3939** – Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: Tabela 6845** – Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, prática agrícola, sexo, idade, condição e escolaridade do produtor. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6845>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: Tabela 6898** – Número de estabelecimentos agropecuários com produção e valor da produção dos estabelecimentos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6898>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: Tabela 6821** – Domicílios e moradores, por condição de ocupação do domicílio (2024). Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6821>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

EMPAER-MT. **Agricultura Familiar em Mato Grosso**: 2020. Compilado por Carlos Antônio Branco Lopes. Cuiabá, 2020. 76 p.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF). **Cartilha sobre Plano Municipal de Agricultura Familiar**. Cuiabá: SEAF, 2024. Disponível em: <<https://www.agricultorafamiliar.mt.gov.br/documents/d/seaf/cartilha-pmafs-1-pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Agricultura Familiar. **Plano Estadual da Agricultura Familiar – PEAf MT**. Cuiabá, 2017.

MATO GROSSO. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação 2014–2024**. Tapurah, MT, 2014. 69 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SMAPA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural 2024–2027**. Caxias do Sul, RS, 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Nova Friburgo 2020–2023**. Nova Friburgo, RJ, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010–2013**. Piracicaba, SP, 2010.